



MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL
TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/21
COMPRAS - CONTRATAÇÃO DIRETA
Anexo II

Processo Administrativo nº 62055.000561/2023-25
Versão 1, de JAN/2023

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).

1.1 Aquisição de Medicamentos, visando permitir ao NAS do Com7ºDN apoiar os militares e servidores civis da MB, ativos e veteranos, seus dependentes e pensionistas, de acordo com o Programa de Apoio Socioeconômico, previsto no Capítulo 10 da DGPM - 501 (7ª Rev.), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATÁLOGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	Valsartana Composição: Associado Ao Sacubitril, Concentração: 103 Mg + 97 MG (Sugestão - Caixa com 60 Comprimidos)	445432	UN	720
2	Bisoprolol Fumarato Concentração: 5 MG (Sugestão - Caixa com 30 Comprimidos)	362718	UN	360
3	Atorvastatina Cálcica Dosagem: 20 MG (Sugestão - Caixa com 30 Comprimidos)	268081	UN	360
4	Lisdexanfetamina Dimesilato Concentração: 70 mg (Sugestão - Caixa com 28 Comprimidos)	407326	UN	336

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da homologação no sistema Comprasnet, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A estimativa de preços será realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o artigo 7º da Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES-ME).

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1 O Estudos Técnicos Preliminares (ETP) não foram elaborados, devido ser facultado, conforme o inciso I do art. 14 da IN SEGES ME nº 58/2022.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1 Adotar-se-á o SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA com estimativa de preços, a ser realizada concomitantemente, em razão da impossibilidade de determinação precisa do valor de itens que serão adquiridos por este Comando.
- 3.2 Devido o Objeto da presente Dispensa, se tratar de medicamentos de uso contínuo e com validade determinada pelo fabricante, a entrega poderá ser efetuada em até 2 lotes, conforme estoque disponível na empresa vencedora.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1 Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação ao seus similares.

4.1.1.1.2 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual, adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.1.1.3 Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres di-fenil-polibromados (PBDEs).

4.1.1.1.4 A comprovação do disposto nestes subitens poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Edital.

4.1.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.1.2.1 Na presente contratação será admitida a indicação de medicamentos de referência, genéricos ou similares, sendo estes últimos, comprovadamente eficazes.

4.1.1 Da exigência de amostra:

4.1.1.1 Devido a natureza do Objeto da presente Dispensa Eletrônica se tratar de medicamentos, não será necessário o envio de amostras. O fornecedor deverá enviar dos certificados da qualidade dos produtos, bem como licença para sua fabricação ou distribuição.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados da data da solicitação, que será formalizada e o envio da Nota de Empenho por meio de correio eletrônico institucional (e-mail), em remessa única, ou estará autorizado o particionamento da entrega, unicamente por motivo de conformidade com os itens 3.2, 5.3 e 5.4 deste Termo de Referência (TR).

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois (dois) anos, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Caso haja entrega de itens com validade próxima do vencimento, sua substituição ocorrerá, obrigatoriamente pelo Fornecedor, sem ônus adicional para a Administração.

5.5 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Comando do 7º Distrito Naval, Esplanada dos Ministérios, Bloco N, prédio Anexo, Térreo, Núcleo de Assistência Social (NAS), Brasília - DF, CEP 70.055-900.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1 O contrato ou Nota de Empenho, como documento substitutivo, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.3 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta e deverão ser apresentados conforme o preconizado no Anexo I.

8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.4.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3 **Ato de autorização** para o exercício da atividade de Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas (CNAE 4771-7/01), apresentar ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/21.

8.4.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.5.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.5.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.5.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.5.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.5.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.5.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.5.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.5.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9 MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e respeitará ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro, conforme art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Unidade Orçamentária (UO):** 52931;
Fonte de Recursos (FR): 170702303;
Programa de Trabalho (PT): 174669;
Natureza de Despesa (ND): 339032;
Ação Interna (AI): B403012;
Meta PAR: 0006/2023; e
Código CNAE: 4771-7/01.

Brasília-DF, em 10 de fevereiro de 2023.

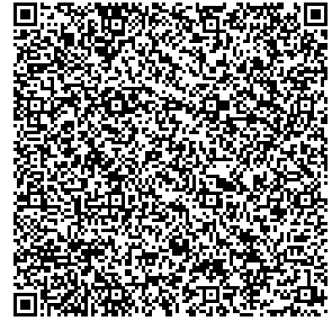
JÉSSICA LAYANNE APARECIDA PINHO MOREIRA TORRES
Primeiro-Tenente (RM2-T)
Gerente de Crédito da Ação Interna

Aprovo:
Brasília-DF, em 10 de fevereiro de 2023.

ARILSON FERREIRA GOMES
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesa



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: An-II-TR-do-Aviso-Dispensa-Eletronica-5-de-2023-Com7DN-
Medicamentos.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

JESSICA LAYANNE APARECIDA PINHO MOREIRA TORRES (CPF 023.224.151-11) em



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

ARILSON FERREIRA GOMES (CPF 578.449.171-72) em 10/02/2023 12:36:16 -02 (BRST)



Tipo II - Assinatura Avançada

Marcelo Ribeiro Rodrigues 87130068 em 14:50:39 : 10/02/2023



Tipo II - Assinatura Avançada

Marcos Joaquim da Silva 96024151 - 25825212809 em 14:50:54 : 10/02/2023